

REGIME JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA GUATEMALA

De uma concepção de Estado-Centro (Constituição Política de 1965) passou-se para a atual estrutura normativa suprema da República da Guatemala, América Central (Constituição Política de 1985), que afirma “a primazia da pessoa humana como sujeito e fim da ordem social” (Preâmbulo), como uma resposta às correntes do pensamento humanista.

A Guatemala tem um sistema de governo republicano, democrático e representativo (artigo 140 da Constituição Política). Dá-se continuidade ao modelo clássico da divisão de poderes, em que o povo delega sua soberania, a saber: Legislativo (unicameral), integrado por deputados eleitos em voto universal indelegável para o período prorrogável de quatro anos (artigos 157 a 172 da Constituição Política); Executivo, integrado pelo Presidente da República e pelo Vice-Presidente, eleitos para um período improrrogável de quatro anos pelo voto indelegável dos cidadãos (o mandatário nomeia seus ministros, vice-ministros e secretários) (artigos 182 a 202 da Constituição Política); e Judiciário, cuja Corte Suprema de Justiça é eleita pelo Congresso da República, de uma relação depurada por uma comissão de postulação, da qual participam advogados, decanos das faculdades de direito e juizes-eleitores (artigos 203 a 222 da Constituição Política).

Existem diversos órgãos de controle, como: a Controladoria-Geral de Contas, cujo mandato é fiscalizar as receitas, despesas e, em geral, todo interesse fazendário dos organismos do Estado, dos municípios, das entidades descentralizadas e autônomas, bem como de qualquer pessoa que receba fundos do Estado ou que faça coletas públicas (artigos 232 a 236 da Constituição Política); o Ministério Público, encarregado da ação penal pública, em nome do Estado (artigo 251 da Constituição Política); e a Procuradoria-Geral da Nação, cuja função assessorar e prestar consultoria a órgãos e entidades estatais, bem como à representação do Estado (artigo 252 da Constituição Política).

Com o novo modelo constitucional, foram introduzidas três novas figuras que exercem controle jurídico-político nas atuações estatais: o Tribunal Supremo Eleitoral, responsável por tudo o que diz respeito ao exercício do voto, aos direitos políticos, às organizações políticas, às autoridades e órgãos eleitorais e ao processo eleitoral (artigo 223 da Constituição Política); a Corte de Constitucionalidade, tribunal permanente, cuja função essencial é a defesa da ordem constitucional (artigos 268 a 272 da Constituição Política); e o Procurador dos Direitos Humanos (Ombudsman), como comissário do Congresso da República, para a defesa das liberdades básicas (artigos 274 a 275 da Constituição Política).

Quanto à divisão administrativa, o território da República se divide para sua gestão em departamentos e estes, por sua vez, em municípios, sem prejuízo da busca de novos sistemas de divisão administrativa, atendendo a critérios econômicos, sociais e culturais (artigo 224 da Constituição Política). O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e Rural funciona como ente operacional, para a organização e coordenação da administração pública, com os correspondentes Conselhos Departamentais e Regionais em cada departamento e região da República (artigos 225 e 226 da Constituição Política).

Na concepção de Estado, é fundamental o reconhecimento da autonomia municipal. Os municípios têm, entre outras funções, as de: a) eleger suas próprias autoridades; b) obter e dispor de seus recursos; e c) atender aos serviços públicos locais, ao ordenamento territorial de sua jurisdição e ao cumprimento de seus objetivos específicos.

Finalmente, quanto ao regime tributário e financeiro, é competência do Congresso da República decretar os impostos, arbitrios e contribuições especiais (artigo 239 da Constituição Política), e a “justiça social” é tida como ponto de apoio do regime econômico e social da República, com a obrigação do Estado de orientar a economia nacional para alcançar a utilização dos recursos naturais e o potencial humano, aumentar a riqueza, o pleno emprego e a eqüitativa distribuição da renda nacional (artigo 118 da Constituição Política)